

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCAS BARRETO PIZZETTI

**IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA DCTFWEB NOS PROCESSOS
CONTÁBEIS: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DE IÇARA-SC**

CRICIÚMA

2024

LUCAS BARRETO PIZZETTI

**IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA DCTFWEB NOS PROCESSOS
CONTÁBEIS: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DE IÇARA-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Dr. João Vânio Mendonça Cardoso.

CRICIÚMA

2024

**Dedico este trabalho a minha família,
especificando aos meus pais Edson e
Rosimarie e a minha irmã Pathilla, que
sempre estiveram ao meu lado.**

AGRADECIMENTOS

No primeiro momento, agradeço a minha família por estar comigo em todos os momentos desta trajetória até aqui. De forma específica, meu pai Edson e mãe Rosimari pelo apoio e condições para chegar nesta ocasião tão especial. Minha irmã Pathilla, pelas contribuições com a construção deste trabalho, e também por me inspirar no quesito profissional e estudos, no que ela é referência.

Agradeço a Deus por me dar força e ajudar a persistir e conseguir completar essa longa e difícil caminhada até aqui.

De forma geral, agradeço aos meus amigos pelo apoio constante e confiança que me forneceram em todo este trajeto.



IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA DCTFWEB NOS PROCESSOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE IÇARA/SC

Lucas Barreto Pizzetti¹

João Vânio Mendonça Cardoso²

RESUMO: A contabilidade, como uma ciência social, está constantemente sujeita a mudanças devido a fatores políticos, econômicos, sociais e tecnológicos. No Brasil, as práticas contábeis têm passado por transformações significativas nos últimos anos, especialmente devido à introdução do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que inclui a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb). Esta pesquisa teve como objetivo de avaliar impacto da implementação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) nos processos operacionais dos escritórios de contabilidade de Içara/SC. Para alcançar o objetivo utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como descritiva e com procedimento de levantamento. Os dados foram obtidos por meio de um questionário aplicado nos escritórios de contabilidade da cidade de Içara/SC. Como principais resultados, aponta-se que a implementação da DCTFWeb em Içara/SC melhorou a centralização e a precisão das informações contábeis, embora tenha apresentado desafios de adaptação e necessidade de treinamento. Escritórios de contabilidade mais experientes relataram uma transição mais suave. A nova plataforma facilitou a fiscalização, contribuindo para a redução da sonegação fiscal e aumentando a transparência e eficiência dos processos a longo prazo.

PALAVRAS – CHAVE: DCTFWeb. eSocial. EFD-Reinf. Obrigação Acessória.

AREA TEMÁTICA: Tema 05 – Contabilidade Tributária

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a contabilidade passou por mudanças significativas devido à informatização e novas tecnologias. Essas mudanças ressaltaram a importância de estudar o impacto da tecnologia da informação na contabilidade. Uma das principais necessidades das organizações é o acesso a informações relevantes para apoiar a tomada de decisão dos gestores (Oliveira; Malinowski, 2017).

A tecnologia vem sendo imposta aos contribuintes como uma exigência para cumprir suas obrigações fiscais, por meio da adoção de métodos eletrônicos de envio de documentos. Isso significa que a fiscalização tributária vem passando por uma

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Professor Doutor do curso de Ciências Contábeis, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



transformação fundamental, tornando-se mais baseada em tecnologia e interconectada (Maricato, 2021).

De acordo com Maricato (2021), o processo de transformação teve início com a introdução da escrituração fiscal digital e da escrituração contábil digital, que começou em 22 de janeiro de 2007, por meio do Decreto nº 6.022. A partir da criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), todos os documentos passaram a ser entregues em formato digital. Isso, inicialmente, gerou preocupações quanto à segurança jurídica dessa transição.

A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) é utilizada para que os contribuintes declarem e reconheçam seus débitos de contribuições previdenciárias e de contribuições a terceiros. Ela é gerada com base nas informações fornecidas nos registros digitais do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e no Serviço Eletrônico para Aferição de Obras (Sero). Depois de enviar as apurações, o sistema DCTFWeb calcula automaticamente os débitos e créditos, faz as conexões necessárias, determina o valor a pagar e permite a emissão do documento de arrecadação correspondente (Brasil, 2023).

Com relação a criação do SPED, obteve-se inúmeras vantagens, sendo uma delas facilitar a fiscalização do governo, tendo em vista que não havia mais necessidade da visita ao estabelecimento para apresentação dos dados nas empresas fiscalizadas, o que trouxe grande melhora no desempenho ao combate à sonegação dos impostos, assim como a redução dos registros físicos (Nascimento, 2013).

A modernização dos processos contábeis trouxe significativas transformações para as empresas, demandando sua adaptação e a incorporação de avanços tecnológicos. Diante disso, as organizações precisaram se familiarizar com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e suas diretrizes, além de ajustar suas práticas e sistemas contábeis para atender às novas obrigações. Essa transição exigiu uma sólida compreensão da legislação brasileira e uma base teórica sobre as atuais exigências acessórias, destacando a importância do envio de informações precisas e alinhadas à realidade empresarial (Nascimento, 2013).

Como consequência e parte do processo, a implementação da DCTFWeb levanta a necessidade de entender como os profissionais de contabilidade percebem os efeitos dessa nova obrigação tributária em seu trabalho diário. Esta pesquisa foi planejada estrategicamente para focar na participação dos profissionais de contabilidade no município de Içara, dando a possibilidade de identificar os impactos da DCTFWeb no cenário local.

Diante do exposto, tem-se o questionamento: Qual o impacto da implementação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) nos processos operacionais dos escritórios de contabilidade de Içara-SC?

O objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar impacto da implementação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) nos processos operacionais dos escritórios de contabilidade de Içara/SC. Para atingir o objetivo geral proposto, tem-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os procedimentos adotados nas organizações para cumprimento da DCTFWeb no processo de implantação; b) Apontar as principais mudanças para o cumprimento das obrigações acessórias associadas à DCTFWeb;



c) Identificar o entendimento na visão dos profissionais contábeis na implantação da DCTFWeb.

Devido ao avanço tecnológico, houve um aumento na quantidade de informações necessárias para análise, o que requer a implementação de novos métodos de trabalho e a adaptação dos já existentes. Isso resulta em mudanças significativas em todo o processo de trabalho dos profissionais de contabilidade. No caso da Secretaria Especial da Receita Federal (RFB), a DCTFWeb representa um avanço na tarefa de relatar contribuições previdenciárias e outras obrigações acessórias (Nascimento, 2013).

Em relação a justificativa desta pesquisa, verifica-se a importância devido à evolução da contabilidade e às transformações nas obrigações acessórias, que estão ligadas diretamente no cumprimento das leis tributárias no Brasil. No sentido social, tem relevância tanto para as empresas privadas quanto para profissionais de contabilidade, que analisam e compreendem como a DCTFWeb afeta as organizações prestadoras de serviços contábeis localizadas em Içara.

O estudo em questão tem como principal contribuição a redução da margem de sonegação de impostos por conta da disponibilidade de verificação da declaração em tempo real, já que a Receita Federal tem acesso às informações em tempo hábil. Ou seja, além de facilitar o pagamento ao empregador, agiliza a análise e verificação dos dados por parte da fiscalização.

A organização deste estudo segue uma estrutura que começa com uma introdução, onde o tema é contextualizado e apresentado de forma problemática. A segunda parte é dedicada à fundamentação teórica, onde se explora a base conceitual da pesquisa. A terceira seção descreve os métodos e procedimentos utilizados na pesquisa. A quarta e quinta seções abordam, respectivamente, a análise dos resultados obtidos e as conclusões finais do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta etapa, inicia-se com o momento da contabilidade no cenário atual e aplicabilidade da DCTFweb nas empresas desde sua implantação, explanando também suas combinações com as demais obrigações. Será introduzido com o conceito de obrigações acessórias, DCTFWeb, eSocial e EFD-Reinf, envio das obrigações acessórias e estudos anteriores.

2.1 CONCEITO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

De acordo com Martins e Carvalho (2005), a contabilidade passou por uma transformação ao longo do tempo, evoluindo de um sistema centrado na manutenção de registros financeiros e na apresentação de demonstrações contábeis para se tornar um sistema que também se concentra em fornecer informações e análises com base científica, institucional e social. Essa mudança tem como objetivo atender às necessidades de usuários tanto internos quanto externos.

Conforme apontado por Oliveira (2014), nota-se a necessidade para os profissionais da contabilidade de sempre estarem atualizados sobre tópicos relevantes no ramo e também bem familiarizados com as novas ferramentas de trabalho. Isso implica em encontrar um equilíbrio entre o domínio do conhecimento



relacionado às informações contábeis e a habilidade de lidar eficazmente com a tecnologia aplicada neste campo.

Introduzindo a parte conceitual, de acordo com o Código Tributário Nacional (art. 113, p. 2, CTN), a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela prescritas no interesse de arrecadação ou da fiscalização dos tributos. Essas obrigações referem-se aos procedimentos que servem como base para determinar o valor devido em impostos e para futuras ações de fiscalização, que visam garantir que os tributos sejam devidamente pagos. À medida que o número de empresas aumenta, surge a necessidade de um controle mais rigoroso sobre as informações fornecidas pelos contribuintes. Como parte desse processo, ocorrem mudanças frequentes e atualizações são frequentemente necessárias para atender aos objetivos de fiscalização e às necessidades dos interessados.

Em 2007, houve uma evolução na maneira como as obrigações acessórias são cumpridas no Brasil. Isso ocorreu com a introdução do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) por meio do Decreto nº 6.022, datado de 22 de janeiro. Esse sistema trouxe uma modernização na forma como os contribuintes e as autoridades fiscais lidam com as obrigações (Nascimento, 2013).

Conforme mencionado por Sales e Pinto (2017), o pensamento do fisco em aprimorar as obrigações acessórias dos contribuintes digitalizando-as, levou a criação do SPED. Essa inovação faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010), sendo determinada por meio do Decreto nº 6.022, no dia 22 de janeiro de 2007. No artigo 2º desse decreto, é especificado que o SPED é uma ferramenta que concentra as etapas de receber, verificar, armazenar e confirmar a autenticidade de registros e documentos relacionados à contabilidade e declarações fiscais de empresas e entidades jurídicas, abrangendo até mesmo aquelas que possuem imunidade ou isenção de impostos. Essas operações são conduzidas de forma automatizada e unificada, processando as informações de maneira eletrônica (Brasil, 2007).

Em relação ao cumprimento da DCTFWeb, é preciso relevar a lógica do sistema, já que nesta obrigação acessória a definição dos eventos a serem enviados será conforme particularidade da empresa. Tendo em vista que, fica dependente da existência de colaboradores (movimentação) na organização, já que quando é inexistente descarta-se a necessidade do envio de eventos periódicos e não periódicos. (Brasil, 2023).

Segundo Santello (2014), a introdução da informatização no contexto legal do Brasil está acontecendo de maneira progressiva, utilizando tecnologias diretas ou indiretas. Essa transição visa coletar as informações dos contribuintes em formato digital, possibilitando uma fiscalização mais eficaz e o combate à evasão fiscal em todos os tipos de impostos. Em outras palavras, o objetivo é utilizar a tecnologia para receber dados eletrônicos dos contribuintes, tornando o processo de fiscalização e o combate à sonegação mais eficientes em todas as áreas tributárias.

2.2 Sistema Público de Escrituração Digital

O Sistema Público de Escrituração Contábil (SPED) foi estabelecido em 2007 por meio do Decreto nº 6.022/2007 com o objetivo de unificar as diversas etapas relacionadas à recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e



documentos usados na escrituração comercial e fiscal por pessoas físicas e empresas (Brasil, 2017).

Um exemplo de pesquisa focalizada no SPED foi conduzida por Ruschel, Frezza e Utzig (2011), que examinaram o impacto do SPED na Contabilidade, identificando desafios e perspectivas entre contadores em Santa Catarina. Os resultados indicaram que os profissionais perceberam que o principal impacto do SPED foi a melhoria na qualidade e confiabilidade dos dados. Os contadores destacaram a necessidade de dominar o assunto para superar desafios e se destacar profissionalmente.

Um exemplo adicional é a pesquisa realizada por Borges, Soares e Martins (2013), que teve como objetivo analisar os desafios e benefícios associados à implementação do SPED, conforme percebido pelos profissionais contábeis em Uberlândia. Os resultados indicaram que os desafios enfrentados pelos participantes incluíram a falta de legislação clara, a ausência de software apropriado e a necessidade de modificar a cultura empresarial predominante. Quanto aos benefícios, os profissionais destacaram que o SPED contribuiu para a melhoria na gestão das empresas, reduziu a necessidade de emissão e armazenamento de documentos físicos, e fortaleceu os mecanismos de fiscalização contra fraudes.

Em relação a composição do SPED, têm-se diversos subprojetos, sendo eles: Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), o eSocial e a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) (Brasil, 2017).

2.2.1 DCTFWeb

A DCTFWeb, ou seja, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos, é uma obrigação fiscal acessória que os contribuintes devem cumprir. Por meio da DCTFWeb, são declarados os débitos e créditos relacionados a contribuições previdenciárias e contribuições destinadas a terceiros. É também um sistema utilizado para editar a declaração enviá-la eletronicamente e gerar o documento de pagamento dos tributos devidos (Brasil, 2023).

As informações fornecidas na DCTFWeb são consideradas como uma declaração formal dos débitos, efetivamente representando uma admissão de dívida por parte do contribuinte. Esta declaração é suficiente e adequada para fins de imposição dos tributos devidos. Se o contribuinte não efetuar o pagamento dos débitos declarados, os valores pendentes podem ser encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional para serem registrados como Dívida Ativa da União e sujeitos a cobrança judicial, de acordo com as leis vigentes (Brasil, 2023).

A forma de envio é realizada por meio de uma plataforma online, acessível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC). Essa plataforma é projetada para se integrar com os sistemas da Receita Federal do Brasil, o que torna o preenchimento da declaração mais simples e reduz a probabilidade de erros. Para empresas que têm várias filiais ou dependências, a declaração é feita de forma centralizada somente pelo estabelecimento principal, semelhante ao que costumava acontecer com o Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) (Brasil, 2023).



A DCTFWeb é gerada com base nas informações que são fornecidas nas escriturações digitais que fazem parte do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e também no Serviço Eletrônico para Aferição de Obras (Sero). Uma vez que as apurações são transmitidas, o sistema DCTFWeb recebe automaticamente os valores de débitos e créditos correspondentes, faz as conexões necessárias, calcula o montante a ser pago e, depois que a declaração é submetida, permite a emissão do documento para efetuar o pagamento dos tributos (Brasil, 2023).

As informações relacionadas à previdência social são gerenciadas exclusivamente pela Receita Federal do Brasil (RFB), enquanto a arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ainda é administrada pela Caixa Econômica Federal (CEF). Como resultado, essas informações referente ao FGTS não fazem parte da DCTFWeb, permanecendo sob responsabilidade da CEF. Isso significa que, atualmente, a obrigação de prestação de informações que antes era realizada em um único sistema de envio agora é dividida em dois âmbitos (Brasil, 2023).

Anterior ao início da implementação da DCTFWeb, a tarefa de fornecer informações relacionadas à previdência social era realizada por meio de um programa chamado Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP). Essa ação envolvia a importação manual de um arquivo gerado pelos sistemas contábeis, e posteriormente os tributos eram gerados por meio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP). Nesse processo, as informações cadastrais e financeiras da organização e de seus funcionários eram consolidadas, esses dados eram transmitidos pela internet por meio de um canal eletrônico de conectividade social mantido pela Caixa Econômica Federal (Brasil, 2023).

No quadro 1, são apresentadas as principais distinções nos procedimentos de entrega entre a SEFIP/GFIP e a DCTFWeb:

Quadro 1: Diferenças entre SEFIP/GFIP e a DCTFWeb

Diferenças da SEFIP/GFIP e a DCTFWeb	
Prazos	A GFIP era entregue mensalmente, até o dia 7 do mês subsequente, enquanto a DCTFWeb deve ser entregue até o 15º dia útil do mês seguinte ao da apuração.
Forma de Entrega	A GFIP era entregue por meio do sistema SEFIP, enquanto a DCTFWeb deve ser transmitida por meio do e-CAC da Receita Federal.
Conteúdo	A GFIP apresentava informações para o recolhimento sobre os respectivos recolhimentos previdenciárias, contribuições para com terceiros e do FGTS, enquanto a DCTFWeb, também ocorre a apresentação dessas informações, além de vincular a partir dos outros módulos informações de créditos, apresentando a DARF de forma detalhada essas informações, não incluindo dados para recolhimento do FGTS.
Integração	A SEFIP/GFIP não possui integração direta com outros sistemas, enquanto a DCTFWeb está integrada com o eSocial e o EFD-Reinf.

Fonte: Marília Marinho da Silva, graduanda 2023.



O principal objetivo que fornece relevância a diferença nos procedimentos de entrega dessas obrigações acessórias é de solucionar os problemas oriundos do sistema utilizado anteriormente. Desde 2007, quando a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) assumiram conjuntamente a responsabilidade pelas fiscalizações das Contribuições Sociais, várias dificuldades foram identificadas. Começando pelos erros nas transmissões das contribuições, que quando comparada com a folha de pagamento apontavam divergências, elevando a taxa de evasão fiscal, com relação aos tributos sociais e federais. Essa evasão pode ser resultado da falta de informações por parte dos empregadores ou de práticas fraudulentas nas relações de trabalho (Marin; Silva; Gonçalves, 2015).

Em resumo, a DCTFWeb tem a função de centralizar as informações enviadas dos sistemas eSocial e EFD-Reinf. Além disso, ela proporciona um melhor controle dos créditos que podem ser usados para compensação, ao mesmo tempo em que gera Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) com detalhes específicos sobre os valores a serem recolhidos, identificados por códigos de receita. Isso torna mais fácil para a Receita Federal do Brasil (RFB) fiscalizar as informações declaradas, aumentando a segurança dos dados e dificultando a ocorrência de fraudes e sonegações, já que as informações declaradas ficam mais acessíveis (Silva, 2020).

2.2.2 eSocial versus EFD-Reinf

O Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial) é um projeto do governo federal, estabelecido pelo Decreto nº 8.373 em dezembro de 2014, que tem como objetivo criar um sistema para coletar informações relacionadas a emprego, previdência e impostos. Essas informações são armazenadas em um Ambiente Nacional Virtual, permitindo que diversos órgãos governamentais usem esses dados de acordo com suas necessidades específicas, como questões trabalhistas, previdenciárias, fiscais e para calcular tributos e contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Brasil, 2022).

Por meio do eSocial, as partes obrigadas enviam informações relacionadas às relações de trabalho, principalmente no que diz respeito à tributação previdenciária. Isso inclui dados essenciais para calcular as contribuições previdenciárias e as contribuições de outras entidades e fundos (terceiros) que incidem sobre a folha de pagamento ou as remunerações pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores contratados. Além disso, as partes obrigadas também fornecem informações sobre a retenção do imposto de renda sobre os rendimentos do trabalho, bem como a data de pagamento efetivo aos trabalhadores (Brasil, 2022).

Embora o Decreto de Lei tenha sido aprovado em 11 de dezembro de 2014, o processo de envio das informações para o sistema eSocial só começou no segundo semestre de 2017, por meio de um ambiente de produção restrito, que funcionava como um ambiente de testes. De acordo com Brasil (2022), para empresas que registraram um faturamento superior a 78 milhões em 2016, o envio das informações para o ambiente oficial começou em janeiro de 2018.

Conforme Brasil (2022), o início do processo de envio das informações para o sistema eSocial foi dividido em cinco fases distintas, como detalhado a seguir:

- 1ª fase: Cadastro do Empregador e Tabelas (Cargos, Funções, Horários, Rubricas, Processos Administrativo e Judicial;



- 2ª fase: Cadastros dos empregados/Contribuintes/Estagiários e seus vínculos empregatícios, Afastamentos Temporários e Rescisões (Eventos não periódicos);
- 3ª fase: Folha de pagamento;
- 4ª fase: Substituição da GFIP pela guia DARF e compensações Cruzadas;
- 5ª fase: Dados de Segurança e saúde do trabalho;

O sistema de obrigatoriedade do eSocial foi organizado em grupos, e cada grupo tem sua própria data para iniciar o envio progressivo de informações por meio da nova plataforma online. De acordo com as informações de Brasil (2019), a classificação dos quatro grupos obrigados ao eSocial é baseada na receita anual, onde as empresas com um faturamento superior a 78 milhões em 2016 começam o processo de envio primeiro, como detalhado a seguir:

- 1º grupo: Empresas com receita anual maior que 78 milhões;
- 2º grupo: Entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até 78 milhões, não optantes pelo Simples Nacional;
- 3º grupo: Empregadores optantes pelo Simples Nacional, empregadores pessoa física (exceto doméstico), produtor rural PF e entidades sem fins lucrativos;
- 4º grupo: Órgãos públicos e organizações internacionais;

Segundo publicado no portal eSocial (2017), o envio destas informações deve obedecer aos prazos estipulados. As informações relativas às folhas de pagamentos, que são enviadas mensalmente para o eSocial, são utilizadas para a geração das informações de recolhimento e apuração dos encargos no portal eCAC.

No caso de informações necessárias para calcular a retenção prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212 de 1991, que envolve contribuições previdenciárias substitutivas geralmente aplicadas à receita bruta, essas informações devem ser enviadas por meio da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). À partir da obrigatoriedade da EFD-Reinf em maio de 2018 (de acordo com o prazo de cada grupo) não é mais necessário fazer a apuração e escrituração da CPRB no Bloco P da EFD-Contribuições, já que a apuração passa a ser efetuada apenas na EFD.

De acordo com indicações da Receita Federal do Brasil (RFB, 2019), o EFDReinf tem por objetivo realizar o registro dos rendimentos pagos e retenções do Imposto sobre renda. Este sistema substitui algumas declarações que anteriormente tratavam de assuntos relacionados à área trabalhista, como a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF).

O projeto SPED, o EFD-Reinf concentra-se especificamente nos serviços que envolvem o fornecimento de mão de obra ou empreitada, tanto na contratação como na prestação desses serviços. Nesse contexto, as retenções na fonte dos tributos devidos em serviços prestados passam a ser uma responsabilidade do contribuinte, que deve reter o valor correspondente ao tributo conforme indicado na nota fiscal. Posteriormente, esse valor retido deve ser declarado no EFD-Reinf (Brasil, 2020).

De acordo com Manual de Orientação do Usuário da EFD-Reinf (2023), algumas informações de relevância que são apropriadas na EFD-Reinf são os valores de crédito previdenciário (INSS) relacionado a prestação de serviços, débitos de INSS em decorrência a contratação de serviços, retenções na fonte de IR, CSLL, COFINS



e PIS/PASEP que incidem sobre os pagamentos realizados a pessoa física e jurídica, recursos relacionado a evento desportivo, comercialização de produção rural pessoa jurídica, e a contribuição sobre a receita bruta, que já havia sido mencionado acima.

Portanto, vale destacar que, antes de realizar o envio a DCTFWeb, é importante que a apuração de eventos no EFD-Reinf seja realizada e enviada anterior ao fechamento da competência no sistema do eSocial, tendo em vista que, se estiver fechada os valores referente a retenções do EFD-Reinf não entram na DCTFWeb (Brasil, 2023).

2.3 ENVIO DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

A DCTFWeb, que é uma obrigação fiscal acessória, é usada para informar à Receita Federal sobre os tributos e contribuições previdenciárias, bem como as contribuições destinadas a terceiros que foram calculados. Deve ser apresentada de forma mensal, sendo a versão geral entregue até o dia 15 do mês seguinte à ocorrência dos fatos geradores (Brasil, 2023).

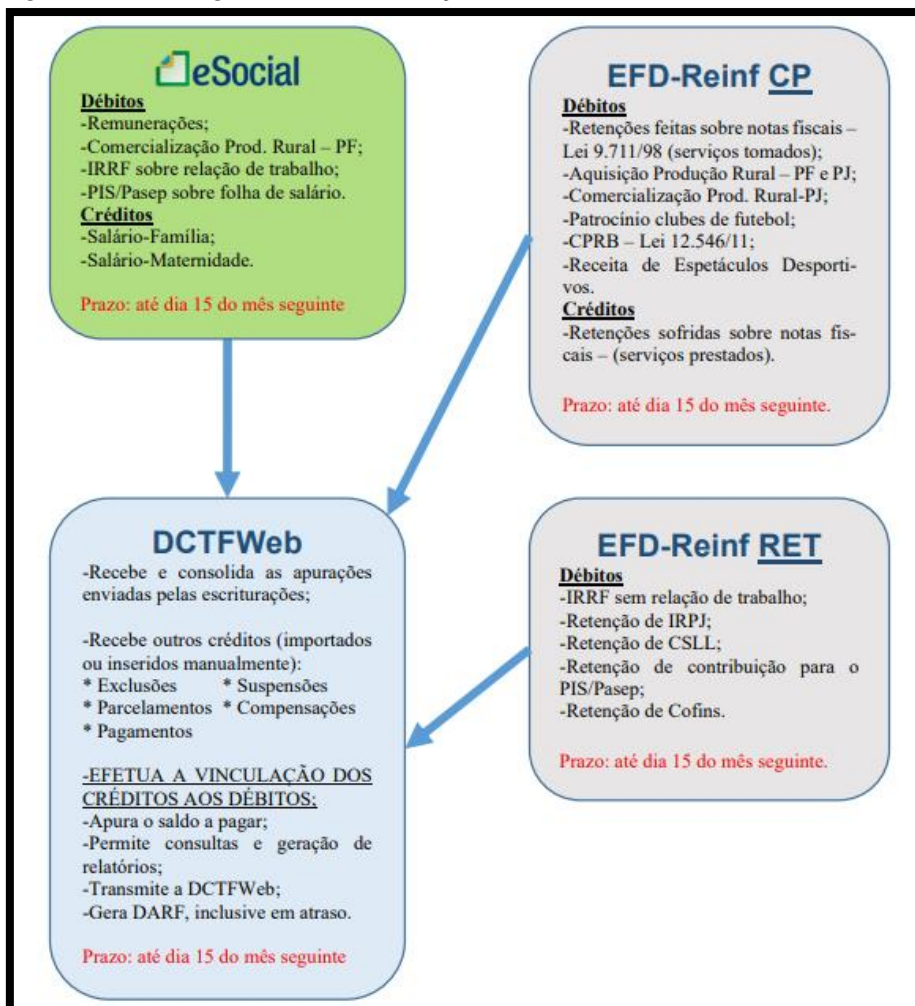
Em relação ao prazo mencionado no parágrafo acima, há exceções a esse prazo mensal, como no caso da DCTFWeb referente ao 13º salário, que deve ser enviada anualmente até o dia 20 de dezembro de cada ano. Além disso, a DCTFWeb Espetáculo Desportivo, que está relacionada a eventos esportivos, deve ser transmitida pela entidade organizadora até o 2º dia útil após a realização do evento, com base nas informações da EFD-Reinf. Quando os prazos caem em dias que não são considerados úteis, a entrega deve ser antecipada para o último dia útil anterior, conforme as normas da Receita Federal (Brasil, 2018).

Em relação ao não envio da DCTFWeb dentro do prazo estabelecido, ou até mesmo a apresentação com erros ou omissões, o contribuinte será intimado para apresentar a declaração de forma correta e estará sujeito a multa pelo atraso ou falta na entrega de declaração. Isso se aplica tanto quando sem movimento, ou seja, sem ocorrência de fato gerador na obrigação tributária quanto em outros casos de acordo com o artigo 32-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Brasil, 2021).

Na figura 1, é representado a funcionalidade do fluxo de informações até chegar na transmissão da DCTFWeb:



Figura 1 – Fluxograma de informações



Fonte: Manual de Orientação da DCTFWeb (2024)

A figura 1 ilustra de forma visual como os sistemas eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb estão interconectados e como eles formam um sistema complexo de troca de informações fiscais e trabalhistas. A integração entre as escriturações (eSocial e EFD-Reinf) e a DCTFWeb é um processo automático que ocorre após o envio bem sucedido dos eventos de encerramento dessas escriturações. Assim que a DCTFWeb é transmitida gera-se a declaração automaticamente, que fica com o status “em andamento”. Se for preciso realizar um novo envio por conta de informações incorretas, ou seja, o novo status será de retificação (Brasil, 2023).

Por fim, é crucial seguir essa orientação a fim de garantir que as informações entre as escriturações e a DCTFWeb sejam consistentes e completas. Isso envolve a verificação regular da existência de declarações em andamento no ambiente da DCTFWeb, que pode ser acessado no e-CAC (Brasil, 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, será descrito o enquadramento metodológico adotado nesta pesquisa, a população e a amostra da pesquisa. Em sequência, é apresentado os procedimentos que foram utilizados para a análise dos dados.



3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, uma vez que os dados serão apresentados com base nas percepções e análise obtidas por meio de questionários. Conforme descrito por Silva (2010), a abordagem qualitativa está relacionada ao uso de dados coletados em entrevistas, documentos e observações para a compreensão do tema.

Quanto ao objetivo o estudo é considerado descritivo. De acordo com Matias (2016), a pesquisa descritiva busca avaliar o objetivo proposto e descrever o resultado da pesquisa, visto que nesta pesquisa será evidenciado e descrito as mudanças realizadas nas empresas prestadoras de serviços contábeis localizadas em Içara, com o advento da nova tecnologia do governo denominada DCTFWeb.

Em relação ao procedimento trata-se de uma pesquisa levantamento, onde segundo Zanella (2009), ocorre quando se faz questionamentos a indivíduos que detêm o conhecimento referente a uma certa temática. A partir disso, o trabalho é então desenvolvido com base nas informações obtidas sobre as opiniões e percepções dos profissionais contábeis em relação à DCTFWeb.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Quanto aos procedimentos para a coleta, aplicou-se um questionário em escritórios de contabilidade da cidade de Içara/SC, para avaliar o impacto da implementação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) nos processos operacionais dos escritórios de contabilidade de Içara/SC. A amostra utilizada no estudo, é classificada como não probabilística, escolhida por conveniência. A amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador.

O questionário foi desenvolvido contendo 20 questões que foram desenvolvidas por meio do aplicativo google formulários e enviado diretamente ao e-mail de 20 escritórios de contabilidade de Içara/SC. Foi utilizado as redes sociais da cidade e contatos de amigos para coletar alguns endereços de e-mails, do mesmo modo houve contato com alguns escritórios via WhatsApp para solicitar que os mesmos respondessem o questionário. A coleta dos dados ocorreu do dia 14 de maio e encerrou-se no dia 22 de maio de 2024 contendo 26 retornos, considerando mais de uma resposta em algumas das contabilidades. Os dados após serem coletados, foram tabulados em planilha Excel para melhor entender os resultados obtidos, e as informações encontradas estão apresentadas por meio de gráficos, tabelas e quadros.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

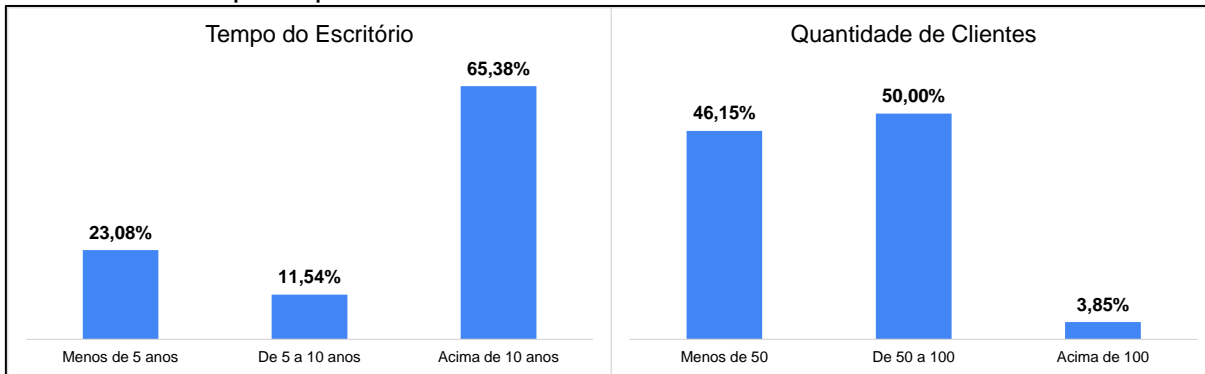
O presente estudo tem por objetivo avaliar o impacto da implementação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) nos processos operacionais de contabilidade de Içara/SC. O questionário foi dividido em três blocos, sendo eles: Perfil do escritório, Trajetória da DCTFWeb e a Opinião do escritório.



4.1 PERFIL DO ESCRITÓRIO

Neste bloco, será apresentado o perfil profissional dos indivíduos encarregados da elaboração da DCTFWeb para as empresas que fornecem serviços contábeis em Içara. Primeiramente, são fornecidas informações cadastrais sobre os empregadores.

Gráfico 1 – Tempo e quantidade de clientes do escritório

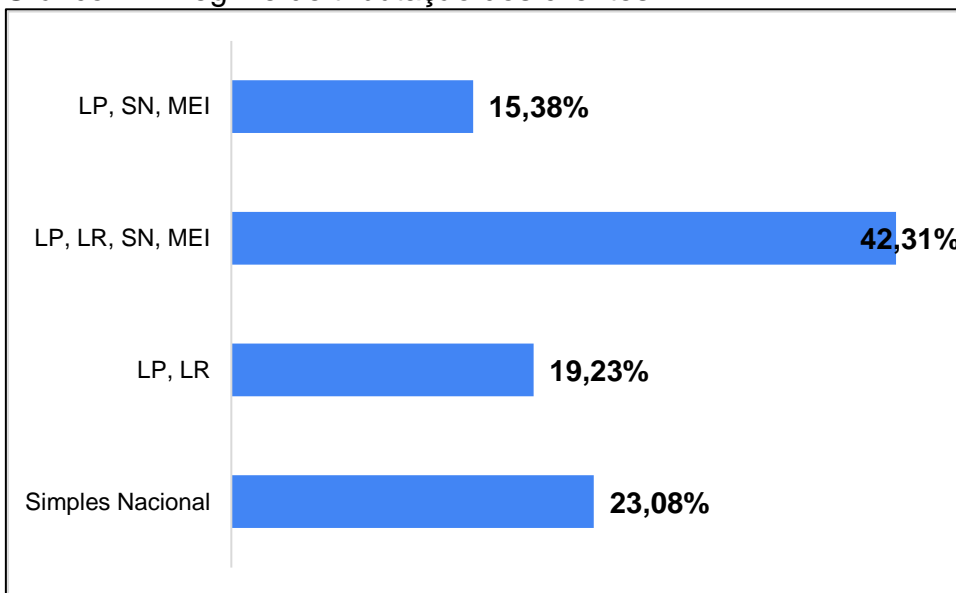


Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Em relação à fundação dos escritórios, nota-se que a maioria está estabelecida há bastante tempo no mercado. Isso é evidenciado pelo fato de que 65,38% das respostas indicaram que os escritórios já existem há mais de 10 anos. Quanto a quantidade de clientes, apenas uma minoria de 3,85% dos escritórios possui mais de 100 empresas ativas em seus escritórios.

Quanto ao regime de tributação dos clientes atendidos, ficou distribuídos conforme o Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Regime de tributação dos clientes



Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Quando questionados sobre o regime de tributação dos clientes atendidos, ficou claro que a maioria dos escritórios lida com todas as categorias tributárias



disponíveis. O Simples Nacional e o Lucro Presumido são os regimes tributários mais comuns dos escritórios pesquisados, sendo o Simples Nacional ausente em apenas 5 de 26 das contabilidades questionadas, já o Lucro Presumido em 6.

4.2 TRAJETÓRIA DA DCTFWEB

Neste bloco, as questões propostas visavam avaliar a percepção do impacto da DCTFWeb pelos profissionais dos escritórios que trabalham nos setores diretamente ligados ao cumprimento da obrigação acessória DCTFWeb nas empresas contábeis de Içara. Além disso, buscaram entender suas perspectivas sobre os impactos positivos e negativos percebidos ao longo do processo.

Para isso, foi elaborado questões no formato de uma Escala Liket, composto por cinco opções de respostas: discordo totalmente, discordo parcialmente, neutro, concordo parcialmente e concordo totalmente. As 26 respostas recebidas para essa seção, todas continham afirmações que foram avaliadas em três fases: na implantação, durante a utilização e após a utilização.

As questões foram elaboradas utilizando a Escala Likert de cinco pontos, na qual as respostas foram totalizadas e receberam diferentes pesos. As perguntas foram feitas de forma afirmativa (ou positiva). Assim, quando os respondentes concordavam com as afirmações, as respostas recebiam um peso positivo, variando conforme a intensidade da concordância. Do mesmo modo, quando discordavam, as respostas recebiam um peso negativo, também variando conforme a intensidade da discordância, conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

Quadro 2: Peso das alternativas propostas aos escritórios

Opção	Peso
Concordo Totalmente (CT)	2
Concordo Parcialmente (CP)	1
Neutro	0
Discordo Totalmente (DT)	-1
Discordo Parcialmente (DP)	-1

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Na sequência foi apurado o peso percentual das respostas. Para alcançar o peso percentual de 100%, os respondentes deveriam ter concordado totalmente com todas as respostas, o que totalizaria um peso 156 nos dois primeiros momentos, e 208 no último.

Tendo em vista as respostas e apurado o respectivo peso percentual, classificou o impacto de implantação da DCTFWeb em uma escala de impacto. A escala ajuda a identificar e classificar o impacto da implantação da DCTFWeb nos escritórios. A escala foi dividida em quatro categorias (baixo, médio, alto e muito alto), definindo assim, os níveis de impacto percebido pelos respondentes em relação implantação da DCTFWeb, conforme mostra no Quadro 3.



Quadro 3: Escala de impacto da implementação da DCTFWeb

Escala de Impacto
Baixo 0% a 30%
Médio 31% a 60%
Alto 61% a 90%
Muito Alto 91% a 100%

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Na sequência passa-se a analisar as respostas por blocos de perguntas: na implantação, na utilização e pós utilização. Com isso foi possível classificar os blocos de respostas na escala de impacto conforme Quadro 3.

4.2.1 Trajetória da DCTFWeb - Na implantação

Inicialmente, foram criadas três afirmações com o intuito de entender como a implantação da DCTFWeb afetou o escritório contábil, ou seja, capturar a primeira impressão e reação dos profissionais contábeis sobre essa mudança.

Tabela 1: Afirmações sobre a implantação da DCTFWeb

Afirmativas	DT	DP	NEUTRO	CP	CT	Total
A transição para a DCTFWeb em seu escritório de contabilidade foi realizada de forma eficiente e sem maiores problemas.	3 11,5%	2 7,7%	2 7,7%	8 30,8%	11 42,3%	26
A implementação da DCTFWeb trouxe impactos operacionais significativos para o nosso escritório.	4 15,4%	1 3,8%	4 15,4%	7 26,9%	10 38,5%	26
Os softwares que utilizamos para gerenciar e enviar as informações exigidas pela DCTFWeb são eficientes e confiáveis.	0 0,0%	2 7,7%	0 0,0%	5 19,2%	19 73,1%	26
Soma	7	5	6	20	40	78
Peso	-2	-1	0	1	2	156
Peso Total	-14	-5	0	20	80	81

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Na tentativa de compreender o comportamento dos escritórios na implantação da DCTFWeb, observou-se que a maioria não enfrentou dificuldades significativas, com apenas 19,2% (somatório das colunas DT e DP na segunda linha) indicando problemas na transição para essa nova obrigação. Da mesma forma, a maioria dos escritórios relatou que os softwares utilizados estavam totalmente capacitados e bem preparados para o envio das informações necessárias.

Quanto aos impactos operacionais decorrentes da DCTFWeb, 65,4% dos escritórios reconheceram que ocorreram mudanças significativas em seus processos diários. Os demais expressaram discordância ou permaneceram neutros em relação a essa afirmação.

Neste caso, os respondentes alcançaram 81 pontos em suas respostas, em que o total possível de ser alcançado seria 156. Com isso, apurou-se um peso percentual 51,9% sendo classificado na escala como resultado médio na implantação (Quadro 3). Esse cálculo pode ser observado apurado dividindo-se 81 por 156.

4.2.2 Trajetória da DCTFWeb - Na utilização

Após compreender um pouco do comportamento inicial dos escritórios de contabilidade, foram elaboradas 3 afirmativas com o intuito de identificar algumas características dos profissionais na utilização desta nova obrigação.

Tabela 2: Afirmações sobre a utilização da DCTFWeb

Afirmativas	DT	DP	NEUTRO	CP	CT	Total
Desde a adoção da DCTFWeb, observamos uma redução de custos e de tempo significativas em nossa operação contábil.	4 15,4%	4 15,4%	0 0,0%	9 34,6%	9 34,6%	26
O processo de atualização e manutenção das informações exigidas pela DCTFWeb é realizado de forma regular e sem intercorrências significativas.	2 7,7%	1 3,8%	3 11,5%	10 38,5%	10 38,5%	26
A integração entre os sistemas de gestão contábil utilizados no escritório e a plataforma da DCTFWeb é eficiente e não causa problemas operacionais frequentes.	1 3,8%	4 15,4%	1 3,8%	7 26,9%	13 50,0%	26
Soma	7	9	4	26	32	78
Peso	-2	-1	0	1	2	156
Peso Total	-14	-9	0	26	64	67

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Um aspecto significativo e notável é a redução de custos relatada por 69,20% dos escritórios entrevistados ao utilizar a DCTFWeb. Isso significa que a eliminação de certos procedimentos resultou em uma diminuição dos gastos mensais para as empresas contábeis no processo de recolhimento de tributos. Exemplos da redução de custos em prática nos escritórios seriam: Automatização e redução de processos manuais; Menor necessidade de espaço e armazenamento Físico; Economia em custos de papel e impressão; Maior eficiência e produtividade e a Redução de erros e penalidade.

Os profissionais contábeis não encontraram dificuldades significativas com as novas informações e atualizações exigidas pela implementação da DCTFWeb, já que 77% deles concordaram que essas questões foram tratadas sem problemas. Além disso, quanto aos sistemas contábeis utilizados pelos escritórios, 76,9% dos entrevistados relataram que eles se adaptaram facilmente à plataforma da DCTFWeb, sem enfrentar dificuldades operacionais no envio das informações.

Neste caso, os respondentes alcançaram 67 pontos em suas respostas, em que o total possível de ser alcançado seria 156. Com isso, apurou-se um peso percentual 42,9% sendo classificado na escala como médio na utilização (Quadro 3). Esse cálculo pode ser observado apurado dividindo-se 67 por 156.

4.2.3 Trajetória da DCTFWeb - Pós utilização

Após os profissionais se familiarizarem com a DCTFWeb, é importante coletar feedbacks para determinar se há necessidade de ajustes no processo de envio, tanto em termos operacionais quanto técnicos.



Tabela 3: Afirmações sobre a pós utilização da DCTFWeb

Afirmativas	DT	DP	NEUTRO	CP	CT	Total
Estou satisfeito com a precisão e a segurança das informações reportadas através da DCTFWeb.	0 0,0%	2 7,7%	1 3,8%	5 19,2%	18 69,2%	26
A capacitação oferecida para a equipe do escritório de contabilidade sobre a DCTFWeb foi adequada e contribuiu para a compreensão e aplicação eficaz da obrigação acessória.	1 3,8%	3 11,5%	1 3,8%	10 38,5%	11 42,3%	26
As orientações fornecidas pelos órgãos reguladores sobre a DCTFWeb são claras e facilitam o cumprimento das obrigações fiscais por parte do escritório de contabilidade.	3 11,5%	6 23,1%	0 0,0%	10 38,5%	7 26,9%	26
O suporte técnico oferecido pelos desenvolvedores dos softwares utilizados para a DCTFWeb é satisfatório e auxilia na resolução rápida de eventuais problemas técnicos.	1 3,8%	3 11,5%	2 7,7%	5 19,2%	15 57,7%	26
Soma	5	14	4	30	51	104
Peso	-2	-1	0	1	2	208
Peso Total	-10	-14	0	30	102	108

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Para 88,40% dos profissionais entrevistados, a precisão e segurança das informações enviadas para a plataforma da DCTFWeb são consideradas inquestionáveis. Da mesma forma, mais de 80,8% dos entrevistados expressaram positivamente sobre a eficácia e clareza do treinamento e das instruções fornecidas aos escritórios com relação esse assunto. E na mesma linha, 65,4% dos entrevistados expressam que a orientações fornecidas pelos órgãos reguladores são claras e facilitam o cumprimento da obrigação acessória.

Um aspecto crucial para um processo novo é o suporte técnico disponível no início. O feedback sobre isso foi bastante positivo, com 76,9% dos escritórios concordando que os eventuais problemas relacionados à DCTFWeb foram resolvidos de forma rápida.

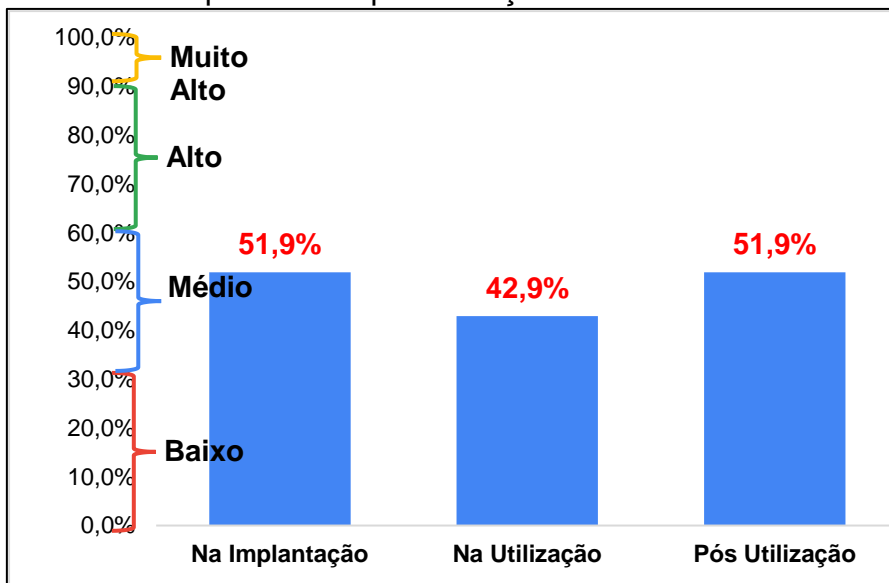
Neste caso, os respondentes alcançaram 108 pontos em suas respostas, em que o total possível de ser alcançado seria 208. Com isso, apurou-se um peso percentual 51,9% sendo classificado na escala como médio na utilização (Quadro 3). Esse cálculo pode ser observado apurado dividindo-se 108 por 208.

4.2.4 Impacto da DCTFWeb

Tendo em vista as respostas e apurado o respectivo peso percentual, elaborou-se o Gráfico 3, onde fica demonstrado os impactos percebidos da DCTFWeb na implantação, na utilização é pós utilização nos escritórios de contabilidade.



Gráfico 3 – Impacto da implementação da DCTFWeb



Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

O Gráfico 3, indica que a implementação da DCTFWeb nos escritórios de contabilidade trouxe desafios moderados em todas as fases. A percepção de um impacto médio sugere que, embora existam dificuldades, elas são gerenciáveis e não intransponíveis. Isso pode implicar a necessidade de um suporte contínuo e treinamento para assegurar uma transição e utilização mais suaves da DCTFWeb. Essas percepções são valiosas para entender melhor como os escritórios de contabilidade estão lidando com essa mudança tecnológica e onde podem ser necessários mais recursos ou suporte.

4.3 OPINIÃO DO ESCRITÓRIO

Na fase final da pesquisa, buscamos capturar as opiniões individuais e detalhadas dos profissionais contábeis sobre como eles percebem os novos acontecimentos e mudanças após a implementação da DCTFWeb.

Inicia-se com três perguntas sobre a postura do escritório diante de possíveis situações decorrentes desta nova obrigação. Para cada pergunta, foram apresentadas quatro opções, sendo duas positivas e duas negativas.

Tabela 4: Perguntas sobre acontecimentos no escritório posteriores a DCTFWeb

Característica	Descrição	Frequência	%
Sua empresa contábil enfrentou dificuldades técnicas ao implementar a DCTFWeb?	Sim, muitas	1	3,85%
	Sim, algumas	5	19,23%
	Não muitas	17	65,38%
	Não, nenhuma	3	11,54%
Sua empresa contábil teve que investir em treinamento específico para lidar com a DCTFWeb?	Sim, muito investimento	0	0,00%
	Sim, algum investimento	13	50,00%
	Não, nenhum investimento	13	50,00%
	Ainda estamos avaliando	0	0,00%
A DCTFWeb influenciou na relação da sua empresa contábil com o cliente?	Sim, positivamente	6	23,08%
	Sim, negativamente	1	3,85%
	Não, não percebemos diferença	17	65,38%
	Não aplicável	2	7,69%

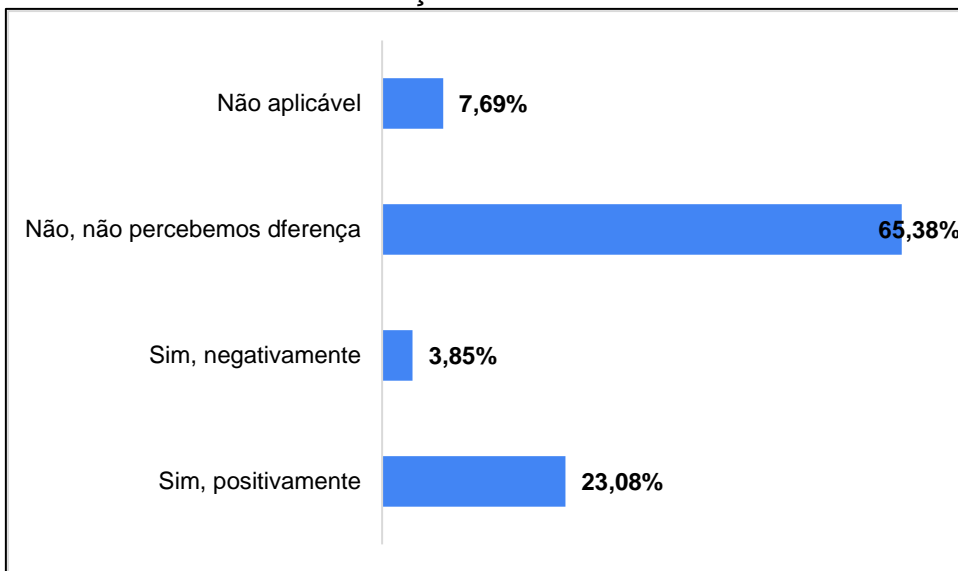


Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Conforme mencionado anteriormente, a maioria das empresas entrevistadas não enfrentou dificuldades durante a implementação da DCTFWeb. Apenas 23,08% indicaram ter encontrado algumas objeções durante o processo de integração. Para os demais, a transição ocorreu de forma tranquila e automática.

Um ponto que chama atenção nas respostas deste questionário foram as respostas sobre a necessidade de investimento para lidar com essa obrigação. É notável a divisão equitativa nos resultados, onde 50% indicaram que foi necessário algum tipo de investimento, enquanto os outros 50% negaram essa possibilidade. Quanto a relação dos escritórios com os clientes pode ser verificado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Influência na relação dos escritórios com os clientes



Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Considerando a relação direta entre os escritórios de contabilidade e seus clientes, foi elaborada uma pergunta sobre possíveis mudanças nesse aspecto, sendo até mesmo nas informações solicitadas para a entrega da DCTFWeb. Observa-se que 65,38% dos profissionais não identificaram alterações em seus relacionamentos, enquanto apenas 26,93% relataram ter percebido essa situação, os outros 7,69% responderam como não aplicável.

Continuando nessa linha de discussão, os profissionais que reconheceram a influência na relação com seus clientes foram convidados a justificar essa percepção.

Quadro 4: Influência na relação dos escritórios com os clientes

INFLUENCIA NA RELAÇÃO COM O CLIENTE
Maior clareza nas informações de compensação e restituição de valores retidos.
Facilidade do envio de informações com a substituição na GFIP. Organização das informações enviadas pelo cliente, com prazos mais restritos (desde o eSocial).
Mais agilidade no tempo de trabalho.
Alteração nos cálculos e envios de guias de impostos.
A Simplificação, pois a GFIP era mais complicada.

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).



A implementação da DCTFWeb trouxe significativas melhorias na relação entre os escritórios de contabilidade e seus clientes. Primeiramente, a maior clareza nas informações de compensação e restituição de valores retidos permite que os clientes compreendam melhor suas obrigações fiscais e direitos, aumentando a confiança nos serviços prestados. A facilidade de envio de informações, resultado da substituição da GFIP pela DCTFWeb, simplificou os processos, reduzindo o tempo e os erros associados ao cumprimento das obrigações fiscais. Além disso, a organização das informações com prazos mais restritos, especialmente desde a introdução do eSocial, promoveu uma maior disciplina e rigor nos processos contábeis, beneficiando tanto os contadores quanto os clientes.

Adicionalmente, a DCTFWeb aumentou a agilidade no tempo de trabalho dos contadores, permitindo que eles dediquem mais tempo a outras tarefas ou ao atendimento ao cliente. Apesar das alterações nos cálculos e envios de guias de impostos apresentarem desafios, esses ajustes também abriram oportunidades para melhorias nos processos contábeis. A simplificação proporcionada pela DCTFWeb em comparação com a GFIP, anteriormente mais complicada, reduziu a carga de trabalho e o estresse associado ao cumprimento das obrigações fiscais.

No geral, a transição para a DCTFWeb parece ter sido positiva, proporcionando maior eficiência operacional e melhorando a relação com os clientes. Outra questão destacada foi a mudança no cálculo e no envio das guias de impostos. Anteriormente, os encargos eram recolhidos de forma separada, mas agora todos os impostos foram unificados em uma única guia. Isso resultou em uma alteração no formato de envio das guias dos escritórios para seus clientes.

Tabela 5: Desafios e mudanças nos setores dos escritórios após a DCTFWeb

Característica	Descrição	Frequência	%
Qual é o principal desafio enfrentado pela sua empresa contábil em relação à precisão e integridade das informações enviadas pela DCTFWeb?	Problemas de compatibilidade entre sistemas	11	42,31%
	Dificuldade na obtenção de informações precisas dos clientes	8	30,77%
	Falta de conhecimento técnico	3	11,54%
	Outro	4	15,38%
Em relação a mudanças nas rotinas diárias, qual foi o setor mais afetado do escritório após a nova obrigação?	Contábil	0	0,00%
	Departamento pessoal	19	73,08%
	Fiscal	5	19,23%
	Gerencial	0	0,00%
	Todos os setores acima	2	7,69%

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Os profissionais entrevistados foram questionados sobre o principal desafio enfrentado pelo escritório em relação ao envio correto das informações para a DCTFWeb. A opção que recebeu o maior número de respostas, com 42,31%, foi "Problemas de compatibilidade entre sistemas". Em seguida, 30,77% mencionaram "Dificuldade na obtenção de informações precisas dos clientes", enquanto 11,54% apontaram "Falta de conhecimento técnico". Os 15,38% restantes indicaram outros desafios não especificados.

Em relação aos setores mais afetados após a implementação da nova obrigação, a maioria esmagadora, com 73,08%, identificou o departamento pessoal como o mais impactado. Os demais responderam com 19,23% para o setor fiscal, enquanto 7,69% selecionaram todos os setores, incluindo contábil, departamento pessoal, fiscal e gerencial. As vantagens apontadas estão descritas no Tabela 5.



Quadro 5: Quais as vantagens identificadas com a implementação da DCTFWeb?

VANTAGENS
Maior clareza das informações enviadas é maior agilidade no processo de compensação e restituição de valores retidos.
A principal vantagem foi a otimização do tempo devido a substituição da SEFIP .
Simplificação nas obrigações acessórias, pois integra direto com o sistema e não precisa de um sistema extra, como era o caso da GFIP.
Agilidade no envio das informações e unificação do imposto de renda com a contribuição previdenciária na mesma guia de recolhimento.

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

As vantagens da implementação da DCTFWeb incluem maior clareza nas informações enviadas e agilidade no processo de compensação e restituição de valores retidos, proporcionando um entendimento mais transparente e eficiente para os clientes. A principal vantagem destacada é a otimização do tempo devido à substituição da SEFIP, que simplificou significativamente os processos. Além disso, a DCTFWeb simplifica as obrigações acessórias ao integrar diretamente com o sistema, eliminando a necessidade de sistemas adicionais como a GFIP. Essa integração resulta em agilidade no envio das informações e na unificação do imposto de renda com a contribuição previdenciária na mesma guia de recolhimento, tornando os processos fiscais mais rápidos e menos complexos para os escritórios de contabilidade.

Quanto as desvantagens citadas estão apresentadas no Quadro 11.

Quadro 6: Quais as desvantagens identificadas com a implementação da DCTFWeb?

DESVANTAGENS
Não vejo desvantagens.
Problemas de compatibilidade de sistemas.
As multas aplicadas
Nenhuma desvantagem.

Fonte: Elaborador pelo autor (2024).

Apesar das diversas vantagens da DCTFWeb, algumas desvantagens foram mencionadas. Os problemas de compatibilidade de sistemas representam um desafio, pois a integração com diferentes plataformas pode não ocorrer de maneira suave, resultando em dificuldades técnicas. Outro ponto negativo são as multas aplicadas, que podem ser um risco significativo para os escritórios de contabilidade, especialmente se houver erros no cumprimento das novas exigências. No entanto, é importante notar que algumas respostas indicaram a ausência de desvantagens, sugerindo que, para alguns usuários, os benefícios da DCTFWeb superam qualquer potencial problema.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi elaborado com o objetivo de avaliar o impacto da implementação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) nos processos operacionais dos escritórios de contabilidade de Içara/SC.

A análise evidenciou que a DCTFWeb trouxe significativas melhorias na simplificação e agilidade dos processos contábeis, especialmente quando comparada ao sistema anterior, a SEFIP. Este novo formato não apenas reduziu o tempo necessário para a execução de tarefas, mas também aumentou a precisão e a segurança das informações transmitidas, o que foi amplamente reconhecido pelos profissionais entrevistados.

Adicionalmente, a pesquisa identificou que os contadores desempenham um papel crucial na gestão dessa nova obrigação, com muitos destacando a importância do investimento contínuo em capacitação e atualização profissional para se adequarem às novas demandas tecnológicas. A implementação da DCTFWeb exigiu que os escritórios de contabilidade adaptassem seus procedimentos internos e investissem em treinamento, o que significa que a transição desta nova obrigação foi feita de maneira controlada, conforme os resultados demonstraram. Isso reflete uma adaptação eficiente às mudanças regulatórias e tecnológicas impostas pela Receita Federal.

No entanto, a transição para a DCTFWeb não foi isenta de desafios. Alguns profissionais apontaram dificuldades relacionadas à compatibilidade de sistemas e às penalidades por atrasos ou falhas no envio das informações, conforme citado no Quadro 6. Ainda assim, esses problemas foram minoritários, com a maioria dos escritórios de contabilidade relatando uma transição relativamente tranquila e um processo de integração eficiente. A resposta positiva dos escritórios de contabilidade sugere que os benefícios superaram amplamente as dificuldades encontradas durante a implementação.

Na escala elaborada, observou-se um impacto médio, sendo ele positivo ou negativo, mas indicando que, mesmo havendo obstáculos, eles podem ser superados de forma interna. Isso pode indicar a importância de receber apoio constante e capacitação para garantir uma transição e utilização mais eficiente da DCTFWeb.

Por fim, a pesquisa também revelou que a introdução da DCTFWeb afetou a relação entre os escritórios de contabilidade e seus clientes. A necessidade de um prazo mais curto para o envio das informações exigiu uma melhor organização por parte dos clientes, o que, por sua vez, impactou positivamente a eficiência do processo contábil como um todo. Em suma, a DCTFWeb representou um avanço significativo na modernização das obrigações tributárias acessórias no Brasil, refletindo um cenário de maior transparência e eficácia na administração tributária.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas ao interpretar os resultados. Primeiramente, a pesquisa foi conduzida exclusivamente na cidade de Içara/SC, o que pode limitar a generalização dos achados para outras regiões do Brasil. A especificidade do contexto local pode não refletir as variações regionais na implementação e adaptação à DCTFWeb, influenciadas por fatores econômicos e estruturais distintos.

Outra limitação importante é a metodologia empregada, baseada em questionários autoaplicáveis distribuídos por meio de e-mail e redes sociais. Essa



abordagem pode introduzir um viés de resposta, pois aqueles que optaram por responder podem ter percepções e experiências diferentes daqueles que não participaram. Além disso, a coleta de dados por conveniência pode não representar adequadamente a diversidade de experiências e práticas dos escritórios de contabilidade de Içara.

A amostra utilizada também representa uma limitação. Sendo uma amostra não probabilística, escolhida por conveniência, ela não garante a representatividade estatística dos profissionais de contabilidade da região. Isso significa que os resultados obtidos podem não refletir com precisão as opiniões e desafios enfrentados por toda a população alvo do estudo. Assim, futuras pesquisas poderiam beneficiar-se de amostras maiores e mais diversificadas para obter uma visão mais abrangente.

Por fim, a pesquisa focou-se exclusivamente nas percepções dos profissionais de contabilidade, não incluindo a perspectiva de outros *stakeholders*, como os clientes dos escritórios contábeis e os próprios órgãos reguladores. Incluir esses pontos de vista poderia fornecer uma compreensão mais holística dos impactos da DCTFWeb e contribuir para um diálogo mais completo sobre as vantagens e desvantagens dessa nova obrigação tributária.

Para ampliar o conhecimento sobre a implementação e os impactos da DCTFWeb, estudos futuros poderiam focar em uma abordagem comparativa entre diferentes regiões do Brasil. Uma pesquisa que inclua diversos estados e municípios permitiria identificar variações regionais na adaptação e nos desafios enfrentados pelos profissionais de contabilidade, oferecendo uma visão mais abrangente e representativa do cenário nacional.

Outra linha de investigação promissora seria explorar a percepção dos clientes dos escritórios de contabilidade sobre a DCTFWeb. Entender como essa nova obrigação impacta as operações empresariais do ponto de vista dos clientes pode fornecer insights valiosos sobre a eficiência e a aceitação da DCTFWeb no mercado, além de identificar possíveis áreas de melhoria no relacionamento cliente-contador.

Finalmente, a investigação sobre a integração de novas tecnologias, como inteligência artificial e aprendizado de máquina, no cumprimento das obrigações acessórias pode ser uma área frutífera de pesquisa. Avaliar como essas tecnologias podem ser incorporadas ao sistema DCTFWeb para melhorar a automação, a precisão e a análise preditiva das declarações tributárias pode oferecer caminhos inovadores para a evolução da contabilidade digital no Brasil.



REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Nº5.172, de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.** Brasília, DF, 1966.

BRASIL, Receita Federal. **Manual de Orientação do eSocial Versão 2.1.2.1** de agosto de 2023. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/7262>

BRASIL, Receita Federal. **Manual de Orientação da DCTFWeb Versão 1.3.** Outubro, 2018.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Manual de orientação da DCTFWeb.** Brasília, DF: Secretaria da Receita Federal, 2023. 112 p. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/manuais/manual-dctfweb/manual-dctfweb-fevereiro2023.pdf/view>.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Manual de orientação da DCTFWeb.** Brasília, DF: Secretaria da Receita Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/DCTFWeb/arquivos/manual-dctfweb.pdf>

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Manual de Orientação do eSocial: Versão S-1.1.** Brasília, DF: Ministério da Fazenda, outubro 2022. Disponível: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-s-1-1.pdf>

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Perguntas e respostas da DCTFWeb.** Brasília, DF: Receita Federal, 2022. 19 p. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/perguntase-respostas/dctfweb/perguntas-e-respostas-dctfweb.pdf>.

BRASIL. **O que é SPED?** Outubro, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/nfse/pt-br/municipios/conheca/o-que-e-sped>

BRASIL. **EFD-Reinf. SPED.** Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1494>.

BRASIL. **Manual de Orientação do Usuário da EFD-Reinf – Versão 1.5.** Dezembro, 2020. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/estatico/2C/1DEAAAA181EAADFC40D60D90703E1E8C9FF059/Manual%20da%20EFD-Reinf%20vers%c3%a3o%201.5.pdf>

BRASIL. **Manual de Orientação do Usuário da EFD-Reinf – Versão 2.1.2.** Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/7208>.

DE OLIVEIRA, Diego Bianchi de Oliveira; MALINOWSKI, Carlos Eduardo. **A importância da tecnologia da informação na contabilidade gerencial.** RBC: Revista de Administração, v. 14, n. 25, p.[3]-22, mai. 2017. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/download/1596/2249#:~:text=A>



%20Tecnologia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20se,%2C%20consequente mente%2C%20mais%20complexo%20tamb%C3%A9m.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. Revista Contabilidade & Finanças: Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 16, n. 38, p. 7-19, ago. 2005. Disponível em:<https://www.revistas.usp.br/rcf/issue/view/2773>.

GERON, Cecília Maria Santostaso *et al.* **SPED: Sistema público de escrituração digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 5, n. 2, p. 44-67, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.repec.org.br/repec/article/view/343>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARICATO, Andréia Fogaça Rodrigues Maricato. **Deveres instrumentais informatizados: SPED fiscal e constituição do crédito tributário com prova digital emprestada.** São Paulo: Editora Dialética, 2021.

MARIN, José Hamilton; SILVA, Luciana Saldanha Dias; GONÇALVES, Nilton Oliveira. **Auditoria trabalhista com ênfase no eSocial: versão 2.1.** São Paulo: IOB SAGE, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

NASCIMENTO, Geuma C. **SPED: Sistema público de Escrituração Digital sem armadilhas.** São Paulo: Trevisan Editora, 2013.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVESPesquisa_Qualitativa.pdf

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade digital.** São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo. **Contabilidade Tributária.** 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SALES, L.F.C.; PINTO, E. C. **O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e os Impactos Sobre os Profissionais Contábeis.** Revista Organizações e Sociedades, 2017.

Silva, G. **O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa.** Ciência & Saúde Coletiva, 2010.

RECEITA FEDERAL (Brasil). Instrução Normativa Secretaria da Receita Federal nº 2005, de 29 de janeiro de 2021. **Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).** Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, 62 DF, 01 fev. 2021. Disponível em:



<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=115131&visao=compilado>.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Maria Jaqueline Santore. **O impacto do SPED na contabilidade:**

desafios e perspectivas do profissional contábil. Revista Catarinense da Ciência Contábil - CRCSC - Florianópolis, v. 10, n. 29, p. 9-26, abr./jul. 2011.

SANTELLLO, Fabiana Lopes Pinto. **Direito Tributário Digital. Informatização fiscal: o uso da Tecnologia no Sistema Tributário Nacional.** 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Jacian Anisio Marques da. **DCTFWeb – Modernidade a Serviço da Sociedade.** In Prêmio de Criatividade e Inovação da Receita Federal do Brasil da RFB, 19., 2020.

SILVA, Marília Marinho da. **Percepção dos profissionais de contabilidade da Paraíba sobre os efeitos da implantação da DCTFWeb.** 06 de junho, 2023.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração.** 2009. 162 f. Curso de Especialização, UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/13817>

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

Me chamo Lucas Pizzetti e sou acadêmico da 9ª fase do curso de Ciências Contábeis na UNESC. Trago esse questionário a seguir com o objetivo de pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão do Curso. O tema abordado seria a aplicabilidade da DCTFWeb nas empresas prestadores de serviços contábeis aqui na Içara, ou seja, compreender o impacto obtido desde a implementação desta nova rotina nos escritórios de contabilidade.

PERFIL DO ESCRITÓRIO

1 – Qual o tempo de fundação do escritório?

- Menos de 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Acima de 10 anos

2 – Qual a quantidade de clientes ativos atualmente?

- Menos de 50
- De 50 a 100
- Acima de 100

3 – Regime de tributação dos clientes que você atende (marcaer mais de 1 se necessário).

- Lucro Presumido
- Lucro Real
- Simples Nacional



Microempreendedor individual (MEI)

TRAJETÓRIA DA DCTFWEB

4 – Sua empresa contábil enfrentou dificuldades técnicas ao implementar a DCTFWeb?

- Sim, muitas
- Sim, algumas
- Não muitas
- Não, nenhuma

5 – Sua empresa contábil teve que investir em treinamento específico para lidar com a DCTFWeb?

- Sim, muito investimento
- Sim, algum investimento
- Não, nenhum investimento
- Ainda estamos avaliando a necessidade de investimento

6 – A DCTFWeb influenciou na relação da sua empresa contábil com o cliente? Se sim, de que forma?

- Sim, positivamente
- Não, negativamente
- Não, não percebemos diferença
- Não aplicável

(Complementar) Se a resposta acima tenha sido sim, especifique de que forma a DCTFWeb influenciou na relação da sua empresa contábil com o cliente.

7 – Qual é o principal desafio enfrentado pela sua empresa contábil em relação à precisão e integridade das informações enviadas pela DCTFWeb?

- Falta de conhecimento técnico
- Dificuldade na obtenção de informações precisas dos clientes
- Problemas na compatibilidade entre sistemas
- Outro (especificar abaixo)

(Complementar) Especifique o outro motivo abaixo, caso não encontrado nas respostas acima.

8 – Em relação a mudanças nas rotinas diárias, qual foi o setor mais afetado do escritório após a nova obrigação?

- Contábil
- Departamento pessoal
- Fiscal
- Gerencial
- Todos os setores acima obtiveram mudanças

OPINIÃO DO ESCRITÓRIO



Abaixo estarão perguntas relacionadas a execução das rotinas referente a obrigatoriedade da DCTFWeb.

Indique de 1 a 5, sendo 1 para DISCORDO TOTALMENTE e 5 para CONCORDO TOTALMENTE em relação a frase afirmativa abaixo:

9 – A transição para a DCTFWeb em seu escritório de contabilidade foi realizada de forma eficiente e sem maiores problemas.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

10 – A implementação da DCTFWeb trouxe impactos operacionais significativos para o nosso escritório.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

11 – Os softwares que utilizamos para gerenciar e enviar as informações exigidas pela DCTFWeb são eficientes e confiáveis.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

12 – Estou satisfeito com a precisão e a segurança das informações reportadas através da DCTFWeb.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

13 – Desde a adoção da DCTFWeb, observamos uma redução de custos e de tempo significativas em nossa operação contábil.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

14 – A capacitação oferecida para a equipe do escritório de contabilidade sobre a DCTFWeb foi adequada e contribuiu para a compreensão e aplicação eficaz da obrigação acessória.



- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

15 – O processo de atualização e manutenção das informações exigidas pela DCTFWeb é realizado de forma regular e sem intercorrências significativas.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

16 – A integração entre os sistemas de gestão contábil utilizados no escritório e a plataforma da DCTFWeb é eficiente e não causa problemas operacionais frequentes.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

17 – As orientações fornecidas pelos órgãos reguladores sobre a DCTFWeb são claras e facilitam o cumprimento das obrigações fiscais por parte do escritório de contabilidade.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

18 – O suporte técnico oferecido pelos desenvolvedores dos softwares utilizados para a DCTFWeb é satisfatório e auxilia na resolução rápida de eventuais problemas técnicos.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

19 – Quais as vantagens identificadas com a implementação da DCTFWeb?

20 – Quais as desvantagens identificadas com a implementação da DCTFWeb?
